

TÍTULO

JORNALISMO ECONÔMICO: UMA ANÁLISE DO DISCURSO

Autores

Elizabeth Moraes Gonçalves e André Sathler Guimarães

RESUMO

O presente artigo caracteriza-se como uma pesquisa explicativa, com uma metodologia comparativa entre texto da mídia massiva e da mídia especializada, na perspectiva francesa da análise crítica do discurso. O objetivo geral é analisar a cobertura da mídia sobre uma decisão do Conselho de Política Monetária – Copom. Os objetos de estudo foram uma reportagem do jornal *Valor Econômico*, mídia especializada, uma reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, mídia massiva, do dia 16/09/04 e a Ata da 100.^a reunião do Copom, realizada em 15/09/04. A Ata da reunião do Copom é escrita em linguagem formal, hermética, um exemplo evidente do discurso primário, ou seja, aquele que visa comunicar apenas aos seus pares. A Folha de S.Paulo tem o compromisso de abordar o assunto, traduzindo-o ao seu público mais massivo. Quanto ao Valor Econômico, existe uma identificação total do veículo com o tema em pauta. O sentido depende de toda uma rede construída pelo veículo, o que justifica a importância de se conhecer as condições de produção para uma análise do discurso.

PALAVRAS-CHAVE

Comunicação. Discurso. Mídia. Política.

Local de publicação

Almanaque da Comunicação -

<http://www.almanaquedacomunicacao.com.br/artigos/1121.html>

INTRODUÇÃO

Existem textos que têm um grande impacto sobre a sociedade de uma forma geral, por terem a peculiaridade de serem performativos, instituindo realidades que passam a afetar toda a população de um país. Esse é o caso das leis, por exemplo, e das decisões de algumas instâncias governamentais. Esses textos são caracterizados pelo discurso autorizado pelas Instituições oficialmente estabelecidas. Dada a sua repercussão, estes discursos são minuciosamente analisados, reproduzidos e comentados pela mídia.

Há diversos modos de dizer e, conseqüentemente, diversas formas de se interpretar o que é dito. Parte-se do pressuposto de que toda realidade transformada em linguagem é uma forma de interpretação ou uma representação desta realidade. Já que não existe texto neutro, sempre há interesses em torno de uma questão. Segundo Pêcheux (2002), “o discurso não surge no vazio. O discurso remete à formação discursiva que o originou e que é marcada por uma ideologia ali embutida. Na origem do processo discursivo, há uma formação discursiva permitindo as condições de sua existência”.

Todo falante ou escrevente tem uma intencionalidade, explícita em maior ou menor grau pela escolha lexical, ordenamento das frases, composição do paratexto, uso de operadores argumentativos ou simplesmente pela escolha do que dizer ou não dizer. Segundo Koch (1984, p.24), “toda atividade de interpretação presente no cotidiano da linguagem fundamenta-se na suposição de que quem fala tem certas intenções ao comunicar-se. Compreender uma enunciação é, nesse sentido, apreender essas intenções”.

No caso dos textos escritos, particularmente, há vários indicativos que auxiliam na composição do sentido. Pinto (1999, p.22) argumenta que “é na superfície dos textos que podem ser encontradas as pistas ou marcas deixadas pelos processos sociais de produção de sentido que o analista vai interpretar”.

O objetivo geral do presente trabalho é analisar a cobertura da mídia sobre uma decisão do Conselho de Política Monetária – Copom. Parte-se de uma premissa de que é impossível compreender um texto apenas no seu sentido denotativo, há que se entender a situação do discurso e as suas condições de produção: “Os dizeres não são apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas”. (ORLANDI, 2003, p.30).

Segundo Van Dijk (1992, p.122-124)

é plausível que as formas estruturais e os sentidos globais de um texto informativo ou noticioso não são arbitrários, mas o resultado de hábitos sociais e profissionais de jornalistas em ambientes institucionais, de um lado, é uma condição importante para o

processamento cognitivo eficaz de um texto informativo ou noticioso, tanto por jornalistas como por leitores, de outro.

No caso estudado, tem-se, no contexto situacional imediato, a divulgação de uma decisão de um órgão governamental responsável pela definição da taxa de juros, instrumento clássico de execução da política monetária.

No contexto institucional, há uma forte discussão sobre a taxa de juros adequada à economia nacional, que extrapolou o âmbito das ciências econômicas, tendo a questão dos juros se tornado a principal pauta do jornalismo econômico nos últimos anos. Em termos do contexto sócio-cultural, há um sentimento social de que a economia não cresce ou cresce em níveis insuficientes para se traduzir em uma situação mais folgada para as famílias, e que o grande vilão do momento são os juros. Por outro lado, o governo petista elegeu-se com uma plataforma de mudança, porém, deu continuidade à política econômica do governo anterior, cujo principal baluarte, ao menos no momento da transição, era os juros.

Trata-se uma pesquisa explicativa, com utilização de um método comparativo, mediante o instrumento metodológico da análise crítica da linguagem e do discurso da comunicação jornalística, com ênfase na linha francesa. Buscou-se, conforme orientação teórica de Bacegga (1998:91), ir ao “texto para extrair o sentido, mas para apreender a sua historicidade, o que significa se colocar no interior de uma relação de confronto de sentidos”. Entre o texto da Ata do Copom, pretensamente objetivo e formal, e a interpretação que a mídia faz do mesmo, seja a mídia massiva, seja a especializada, ocorre, nitidamente, um confronto de sentidos.

Desta forma, a Análise do discurso representa uma nova abordagem do estudo do texto além da linearidade, relacionando enunciado e enunciação como elementos fundamentais da produção de sentido: “esta distinção enunciação/ enunciado é apenas um exemplo da concepção da linguagem com o objetivo da constituição de uma teoria da linguagem como produção... O sujeito e o sentido não existem, produzem-se no trabalho discursivo.” (KRISTEVA, 1988, P.316).

Como ressalta Santaella (1996, p.330) “As linguagens não são inocentes nem incoerentes. Toda linguagem é ideológica, porque ao refletir a realidade, ela necessariamente a refrata. Há sempre, queira-se ou não, uma transfiguração, uma obliquidade da linguagem em relação àquilo a que ela se refere”.

Para Charaudeau (2003, p.67) o fundamento de todo discurso são as condições enunciativas, responsáveis por permitirem que certo mecanismo de comunicação social possa produzir sentido.

Na concepção de Bakhtin, há que se entender que o texto não pode ser tomado como simples objeto de análise, sem se considerar o dialogismo e a contextualização, ou seja, deve-se ter presente

a complexa interdependência que se estabelece entre o texto (objeto de análise e de reflexão) e o contexto que o elabora e o envolve (contexto interrogativo, contestatório, etc) através do qual se realiza o pensamento do sujeito que pratica ato de cognição e de juízo. ... é impossível eliminar ou neutralizar nele (no texto) a segunda consciência, a consciência de quem toma conhecimento dele. (BAKHTIN, 1997, p.333).

Os objetos de estudo do presente artigo foram uma reportagem do jornal Valor Econômico, considerado como mídia especializada, uma reportagem do jornal Folha de S. Paulo, considerado como mídia massiva, ambas as reportagens datadas de um dia após a reunião do Copom (16/09/04) e a Ata da 100.^a reunião do Copom (15/09/04).

Trata-se, portanto, de uma metodologia comparativa entre texto da mídia massiva e da mídia especializada, na perspectiva francesa da análise do discurso, ou seja, a análise dos textos considerando suas condições de produção. Segundo Orlandi (1987:52), não é possível “analisar o texto como uma seqüência lingüística fechada sobre ela mesma, porém é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido de condições de produção”.

Barros (2002, p.5) lembra-nos que este tipo de abordagem visa “integrar, por meio da enunciação, uma abordagem interna do texto, indispensável para que se reconheçam os mecanismos e regras de engendramento do discurso, com a análise externa do contexto sócio-histórico, em que o texto se insere e de que, em última instância, cobra sentido”.

O COPOM: AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

Inspirado na experiência do *Bundesbank* (Banco Central da Alemanha), o Copom se reuniu pela primeira vez em 26 de junho de 1996. A reunião de 15/09 foi sua centésima reunião. Credita-se a idéia de sua criação ao economista Francisco Lopes¹, que afirmou ter como objetivo criar um ritual para as decisões sobre política monetária, que antes eram tomadas “em conversas de elevador” entre o diretor de política monetária e o presidente do Banco Central. Conforme afirmação do próprio Francisco Lopes: “Achei que era necessário criar um ritual, acabar com aquela coisa de discutir no elevador”².

Interessante observar o comentário de que, em suas primeiras reuniões, o Copom despertava quase nenhuma atenção, até mesmo entre os seus membros, que tinham que ser

¹ Valor Econômico, 13/09/2004, “Copom chega à 100.^a reunião e ganha importância”.

² Idem.

lembrados das reuniões por telefone. Esse fato relaciona-se diretamente com as condições de produção do texto do Copom. Durante a década de 1980 e início dos anos 1990, o país conviveu com um processo hiperinflacionário. Por consequência, o discurso do jornalismo econômico volta-se com grande intensidade para o tema da inflação, então escolhida, pela mídia, como inimigo número um do público. Após o Plano Real, houve o controle da inflação e surgiu um novo vilão para a cobertura econômica da mídia, o câmbio, cujo debate preencheu páginas e páginas dos jornais e revistas, tendo, inclusive, sido um dos fatores decisivos no processo de reeleição de Fernando Henrique Cardoso, em 1999. Com a desvalorização cambial e a adoção do câmbio flutuante, a mídia viria a escolher um novo vilão: os juros.

Nos últimos anos, as reuniões do Copom têm sido sistematicamente acompanhadas e cobertas pela mídia, como ocorre, aliás, em outras partes do mundo. As decisões do Federal Reserve – FED, o Banco Central Americano, por exemplo, são aguardadas por agentes econômicos do mundo inteiro, afetando todos os demais países. Essa atenção da mídia é tão grande que levou, inclusive, o Presidente Lula a, recentemente, cunhar mais uma de suas frases peculiares: “às vésperas da reunião do Copom o país vive uma tensão pré-Copom”.

Conforme descrito no site do Banco Central do Brasil, as reuniões do Conselho são realizadas em dois dias. No primeiro dia das reuniões, os chefes de departamento e o gerente-executivo apresentam uma análise da conjuntura doméstica abrangendo inflação, nível de atividade, evolução dos agregados monetários, finanças públicas, balanço de pagamentos, economia internacional, mercado de câmbio, reservas internacionais, mercado monetário, operações de mercado aberto, avaliação prospectiva das tendências da inflação e expectativas gerais para variáveis macroeconômicas.

No segundo dia da reunião, participam apenas os membros do Comitê e o chefe do Depep, sem direito a voto, os diretores de Política Monetária e de Política Econômica. Esses dois diretores, com base nos dados apresentados no dia anterior, fazem suas recomendações acerca da política monetária. Em seguida, os demais membros do Copom fazem suas ponderações e apresentam eventuais propostas alternativas. Ao final, procede-se à votação das propostas, buscando-se, sempre que possível, o consenso. A decisão final - a meta para a taxa Selic e o viés, se houver - é imediatamente divulgada à imprensa ao mesmo tempo em que é expedido Comunicado através do Sistema de Informações do Banco Central (Sisbacen). Essa providência é importante, pois, por se tratar de decisão crucial com impactos diretos sobre todos os agentes econômicos, há a necessidade de publicidade e transparência, com o intuito de se evitar ganhos ilícitos por informações privilegiadas.

As atas em português das reuniões do Copom são divulgadas às 8h30 da quinta-feira da semana posterior a *cada* reunião, dentro do prazo regulamentar de seis dias úteis, sendo publicadas na página do Banco Central na Internet. Interessante observar essa dissociação temporal entre a reunião e a divulgação da Ata, que se reflete fortemente na concepção do documento, que se apresenta mais como um registro das informações analisadas pelos membros do que das discussões propriamente ditas.

A ATA DA 100.^a REUNIÃO

A Ata da reunião do Copom é escrita em linguagem formal, hermética, e abrange os seguintes tópicos: evolução recente da inflação, avaliação prospectiva das tendências da inflação, implementação da política monetária, atividade econômica, mercado de trabalho, crédito e inadimplência, ambiente externo, comércio exterior e alguns resultados do balanço de pagamentos, mercado monetário e operações de mercado aberto. Apresenta data, local, horários, relação dos presentes, diferenciando membros e demais participantes.

A parte efetivamente de registro textual da reunião é iniciada com a seguinte afirmação: “Os membros do Copom analisaram a evolução recente e as perspectivas para a economia brasileira e para a economia internacional, no contexto do regime de política monetária, cujo objetivo é atingir as metas fixadas pelo governo para a inflação”. A primeira parte da frase transmite um claro efeito de clarividência, como se fossem “iluminados” os membros do Copom, que conseguem enxergar além dos outros e tomar uma decisão que afetará a vida da população do país inteiro, aliás, há que se destacar que realmente a posição ocupada pelos membros do conselho, assim como dos líderes políticos em geral, pressupõe um poder de decisão. A arrogância inicial é contrabalançada, contudo, pelo final da frase, que situa a discussão no âmbito do regime da política monetária e destaca o objetivo de se atingir as metas para a inflação, colocando o Conselho na defensiva, como que justificando antecipadamente as suas decisões.

Ao longo do texto, ressaltam-se vários exemplos de utilização despropositada de linguagem excessivamente hermética (ex: “adversidades meteorológicas” ao invés de problemas com o clima). Entendemos que se trata de um exemplo evidente do discurso primário, ou seja, aquele que visa comunicar apenas aos seus pares.

Sobretudo nos dois primeiros tópicos, “evolução recente da inflação” e “avaliação prospectiva das tendências da inflação”, são apresentados inúmeros dados, muitas vezes contrastantes entre si e paradoxais, não permitindo se chegar a uma conclusão definitiva sobre a sua evolução conjunta. Porém, ao longo do texto, os redatores da Ata direcionam o

entendimento para uma tendência de aumento da inflação: “Há, portanto, potencial significativo de impacto defasado sobre o IPCA dos próximos meses”; “Persiste, todavia, a tensão decorrente do distanciamento da evolução de preços dos produtos industriais nos segmentos atacadista e varejista”; “No mesmo sentido, permanece indefinido o cenário internacional dos preços de petróleo”, são exemplos de frases inseridas ao longo do texto que direcionam o leitor a uma compreensão de que a tendência de alta da inflação é inequívoca.

Em outro momento, os redatores da Ata revelam novamente sua pretensão a uma clarividência, e sua subestimação a um possível público leitor: “A intensidade desse repasse [aceleração recente dos preços industriais] dependerá, evidentemente, das condições vigentes de demanda final com que se depararão os setores envolvidos”. Não há nada de evidente no texto anterior, tampouco na linguagem utilizada. A utilização da palavra, nesse contexto, remete claramente a um sentido de superioridade ou a um discurso encrático, para lembrar a terminologia utilizada por Barthes ao abordar a divisão das linguagens com base nas noções de grupo e classes sociais:

A linguagem encrática é vaga, difusa, aparentemente ‘natural’ e, portanto, pouco identificável: é a linguagem da cultura de massa (imprensa, rádio, televisão) (...); toda essa linguagem encrática é ao mesmo tempo clandestina (não podemos reconhecê-la facilmente) e triunfante (não podemos escapar-lhe): direi que ela é pegajosa. A linguagem acrática, essa, é separada, cortante, desligada da doxa (é portanto paradoxal); a sua força de ruptura vem-lhe de ser sistemática, construída sobre um pensamento, não sobre uma ideologia. (BARTHES, 1987, p. 98).

Em uma frase lapidar, o Copom parece justificar, sinteticamente, sua decisão, utilizando-se do operador argumentativo “embora” para se colocar na defensiva:

Embora	Seja plausível que alguma acomodação espontânea esteja de fato em curso ou a caminho,	não há elementos que indiquem de antemão uma tendência de acomodação suficientemente intensa para afastar preocupações com o perigo de descompasso entre a demanda e a oferta, e seus reflexos sobre a dinâmica dos preços, dado o patamar de produção já alcançado.
	Argumento possível, a partir das evidências levantadas (contraditórias) sobre as tendências da inflação	Argumento definitivo em favor de que há uma tendência de alta da inflação

Pode-se notar que por meio dos operadores argumentativos, “elementos que determinam o valor argumentativo dos enunciados, constituindo-se, pois, em marcas lingüísticas importantes da enunciação” (KOCH, 1984, p.105) é possível identificar a

formação discursiva dos textos que se constituem em um todo heterogêneo e complexo, a partir do momento em que sofrem interferências diversas de sujeito.

Outro sentido que os redatores da Ata tencionam transmitir é o da inexorabilidade da ação do Copom, como que a transferir a “culpa” de uma decisão “ruim” para entes abstratos, como tendências inflacionárias, comportamento de variáveis da política monetária, entre outros. Observa-se essa tentativa em exemplos como: “Estimativas do Copom indicam que a inércia inflacionária teria, **na ausência de reação da política monetária**, um impacto de 0,9 ponto percentual sobre a inflação do IPCA em 2005”; “Os membros do Copom concordaram que, **mantendo-se inalterada a postura da política monetária**, a forte expansão da atividade econômica não apresenta sinais de estar em processo espontâneo de acomodação para um ritmo de preenchimento do hiato do produto compatível com a convergência da inflação para sua trajetória de metas” (grifos nossos).

No primeiro exemplo, o uso do tempo verbal do futuro do subjuntivo do verbo ter – “teria” – associado a uma frase intercalada explicativa “na ausência de reação da política monetária”, revela essa perspectiva de constrangimento à ação por parte do Conselho. Importante destacar o uso da palavra “reação”, reage-se contra alguma coisa, algo que já aconteceu, está determinado. E, também, o complemento “da política monetária”. Quem reage é o Copom, as pessoas que compõem o Conselho e dão os seus votos. A personificação intencional da política monetária tem o propósito específico de despersonalizar a decisão ou atenuar a consciência dos membros do Conselho. No segundo exemplo, novamente uma frase explicativa, restringindo o sentido – “mantendo-se inalterada a postura da política monetária” – para sinalizar para a necessidade de uma alteração, caso contrário, o que já aconteceu trará impactos fortes sobre a economia, a desestabilizando. Optou-se por transcrever a frase inteira, para que se possa observar, igualmente, o seu nível de hermeticidade, em um documento que se pretende “evidente”.

Impressiona ao longo da Ata a profusão de afirmativas categóricas, transmitindo um sentido de certeza absoluta. Vale ressaltar que há profundas controvérsias entre economistas sobre o efeito das taxas de juros na economia, sua defasagem temporal, dentre outros fatores. Na realidade, a Economia não pode ser considerada uma ciência exata, embora alguns assim o pretendam e venham crescendo as análises de ênfase estatística e econométrica no campo da Economia.

Em determinado momento, o Conselho alerta que a situação poderia ser pior e, caso piorasse, a “reação” também seria pior. Esse tipo de alerta, comum em Atas anteriores, será traduzido, pela mídia, conforme será demonstrado, como “ameaça”: “Se os dados correntes já

permitissem identificar sinais de descontrole inflacionário ou de pressões excessivas de demanda, o ajuste na política monetária não poderia ser feito nas bases que estão sendo consideradas pelo Comitê”. O uso do condicional “se” e depois do “já” compõe uma frase que sinaliza quase que para um desejo de que a situação estivesse pior, para que o Copom pudesse “reagir” mais fortemente: “Se os dados correntes **já** permitissem...” expressa quase que um desejo. Essa frase torna-se ainda mais significativa sabendo-se, posteriormente, que o resultado da reunião foi uma votação dividida, com cinco membros votando pelo aumento da taxa em 0,25 ponto e três membros votando pelo aumento da taxa em 0,5 ponto. Talvez esses três sejam aqueles que estão enxergando que os sinais de descontrole inflacionário já estariam presentes.

O final da parte deliberativa da Ata (que é seguida por um Sumário dos dados analisados pelo Copom) traz um exemplo claro de discurso performativo: “Diante disso, o Copom decidiu, por 5 votos a 3, aumentar a meta para a taxa Selic para 16,25% a.a., sem viés”. No instante anterior, a taxa era de 16%. Após enunciado o discurso, a taxa passou a ser 16,25%. Isso ocorre porque se tratou de uma decisão tomada em um órgão governamental com a competência para tomar tal decisão. O discurso da Ata, nesse momento, é um discurso instituinte, a partir daquele momento, há uma nova realidade, a convivência com uma taxa de juros de 16,25% ao ano, sem viés.

Isso só é possível porque existe uma norma que prevê tal fato: a [Circular do Banco Central nº 3.204, de 04 de setembro de 2003, que aprova o atual regulamento do Copom](#), cujo art. 4.º diz que “Cabe aos integrantes do Copom o exercício das seguintes atribuições e competências: I - Presidente e Diretores: avaliar as propostas, acrescentar proposições acerca das questões apresentadas e definir, por meio de voto, a meta da Taxa SELIC e seu eventual viés”.

REPERCUSSÃO DA DECISÃO NA MÍDIA

Foram analisados dois jornais, a Folha de S. Paulo, como veículo de circulação massiva, e o Valor Econômico, como mídia especializada, no dia 16/09/04, o dia imediatamente posterior à reunião. Fundamenta-se a distinção entre mídia massiva e especializada pelas características do público a ser atingido, assim como pelo tratamento dado à notícia. Neste caso, ora em análise, tem-se uma temática que, embora tenha reflexo na vida de todo cidadão, envolve um linguajar muito específico, em campo cujos comentários ficam restritos a uma pequena parcela da população, aquela que tem afinidade com os números e as contas.

"Hoje, estamos cada vez mais convictos de que o mídiun não é simples "meio" de transmissão do discurso, mas que ele imprime um certo aspecto a seus conteúdos e comanda os usos que dele podemos fazer". (MAINGUENEAU, 2001, p. 71). Assim, a Folha de S.Paulo tem o compromisso de abordar o assunto, de certa forma de traduzi-lo ao seu público mais massivo, haja vista as conseqüências desta resolução no comércio e na vida financeira. Quanto ao Valor Econômico, resultante da fusão dos grupos Folha e Globo, auto-intitulado como "um jornal feito por quem mais entende de economia e negócios no Brasil e no mundo", existe uma identificação total do veículo com o tema em pauta. Vale ressaltar que a mídia trabalhou a partir um comunicado à imprensa e não da Ata propriamente dita, que só viria a ser publicada uma semana depois.

No Valor Econômico, a decisão foi manchete principal da capa do jornal: "BC inicia ciclo de alta de juro com aumento de 0,25 ponto". Foi também manchete principal do caderno de Finanças: "Copom cumpre ameaça e sobe juro. *Linha fina*: Novo arrocho: BC eleva Selic para 16,25% e alega que isso preserva o crescimento sustentado".

Antes de analisar esta reportagem, merecem destaque outras manchetes do caderno Finanças, no mesmo dia: "Juro mais alto pode travar consumo" (título de coluna), "Taxa real se 'perpetua' acima dos 9% ano", "Dissensão no Copom estimula nervosismo" (título de coluna), "Decisão de subir os juros injeta mais R\$ 1 bi na dívida pública em 12 meses", "Taxa dos EUA pode ir a 2%", "Se o aumento de juros [no Brasil] não é para travar o crescimento, então só pode ser pura sacanagem" (olho de uma entrevista com Rubéns Ricupero, ex-Ministro da Fazenda).

O juro é algo que vai **travar** a economia, já se tornou algo **perpétuo**, aumenta a dívida do governo em **RS 1 bi**, é muito maior do que a de **2% dos americanos**, enfim, é **pura sacanagem**. Para completar o mosaico, o caderno é encerrado com uma matéria de página inteira cujo título é "Para FMI, bancos estão no melhor da forma. *Linha fina*: Fundo avalia que o sistema financeiro suportou bem a tendência de alta dos juros". Essa taxa de juros só serve mesmo para manter os bancos e seus donos, os banqueiros, **em sua melhor forma**, em conluio com os amigos do **FMI**. O efeito de sentido alcançado pelo caderno, de uma forma geral, impressiona por sua força e articulação. É possível, desta forma, avaliar que o sentido depende de toda uma rede construída pelo veículo, ou seja, o ponto de vista abordado não é específico da matéria analisada, o que justifica a importância de se conhecer as condições de produção para uma análise do discurso.

De acordo com MAINGUENEAU (2001, p. 53), "o discurso é 'orientado' não somente porque é concebido em função de uma perspectiva assumida pelo locutor, mas

também porque se desenvolve no tempo, de maneira linear. O discurso se constrói, com efeito, em função de uma finalidade, devendo, supostamente, dirigir-se para algum lugar”.

Na reportagem analisada, que foi capa do caderno finanças, temos como título: “Copom cumpre ameaça e sobe juro”. Cumprir uma ameaça é realizar algo ruim. Ameaça pode ser “ação, gesto ou palavra que intimida; promessa de castigo ou malefício; prenúncio ou indício de acontecimento mais ou menos perigoso ou maléfico; constrangimento imposto a alguém; intimação, coação³” ou até mesmo um crime, caracterizado pela “produção de justo receio de que algum ato ou fato lesivo venha a ocorrer⁴”. A *Linha fina*: Novo arrocho – em destaque, o fato de que a decisão é mais um “arrocho”, uma circunstância difícil; repressão, contrariedade; situação de emergência que exija sacrifícios, especialmente os de ordem financeira⁵”.

Continuando a linha fina: “BC eleva Selic para 16,25% e alega que isso preserva o crescimento sustentado”. Difícil não perceber o tom de ironia na afirmação, jogando com todo o sentido coletivamente construído de que os juros são o vilão econômico, coloca-se o Banco Central na posição de quem faz uma maldade, mas diz que é para o bem.

Logo no início da matéria, seguindo-se à afirmação de que o Banco Central tinha subido os juros, afirma-se que ele “deixou claro desde já que promoverá novos apertos na política monetária em suas próximas reuniões”. Aquele que cumpriu sua ameaça desta vez poderá fazê-lo novamente na próxima, trazendo mais “aperto” para a população.

Afirmando pautar-se em um “breve comunicado divulgado depois da reunião”, o autor da reportagem deixa transparecer um certo sentido de “desprezo da autoridade” pelo público, transmitindo apenas um “breve” comunicado, quando se trata de assunto de grande importância para toda a população.

O autor da reportagem se vale da ambigüidade dos indicadores econômicos para qualificar a decisão do Banco Central como paradoxal: “Desde julho o Copom vinha alertando a possibilidade de alta nos juros, argumentando que, por mais paradoxal que pareça, a medida iria preservar o crescimento da economia”. O Banco Central argumenta, mas a decisão continua sendo paradoxal, ou seja, apresenta uma contradição em seus termos.

No que se refere à seleção lexical para a elaboração do texto, em especial das manchetes, convém destacar o pensamento de Câmara Júnior (1983, p.132) de que não há sinônimos perfeitos, ou seja, “...A significação, do ponto de vista intelectual, pode ser

³ Dicionário Eletrônico Houaiss, 2002.

⁴ Idem.

⁵ Ibidem.

praticamente a mesma; mas há diferenças de outra ordem, em virtude daquela série de associações que a palavra carrega e que pesam no seu efeito".

Portanto, o fato de se escolher uma ou outra palavra é pertinente para marcar o posicionamento do escritor em relação ao fato abordado. É o locutor no exercício do discurso que, ao se apropriar das formas que a linguagem propõe, constrói sua visão de mundo sobre o tema abordado, na perspectiva de envolver o leitor. "Todo texto se inscreve en una situación comunicativa, que está determinada entre otras cosas por el propósito de lograr una finalidad que determina el tipo de influencia que la instancia de enunciación quiere tener sobre la de recepción" (CHARAUDEAU, 2003, p.155).

A reportagem usa o recurso da polifonia, entendida no sentido literal da presença de várias vozes no texto, dando voz a alguns dos agentes da sociedade, supostamente mais bem informados (ou mais afetados) pela decisão. Um executivo de um banco afirma: "O BC parece ter um grau de preocupação com as variáveis econômicas mais observadas, por ele maior do que o percebido pelos analistas". Interessante essa frase, pois, deixa transparecer a percepção de um sentimento, já comentado anteriormente, de arrogância e superioridade intelectual dos membros do Copom, que, "clarividentes", estariam tentando ser mais realistas do que o rei. E o Presidente da FIESP, Horácio Lafer Piva, afirma: "Não se sabe onde os juros vão parar". Apesar de calcada na informação de que o Banco Central estaria apenas iniciando um movimento de alta dos juros, essa afirmação não deixa de ser exagerada, sobretudo diante de um aumento de 0,25 ponto. E Marcos Andrade, da Associação Brasileira de Indústrias de Equipamentos e Serviços para o Varejo, afirma que "a decisão representa um balde de água fria para o varejo".

A reportagem não ouviu autoridades do governo ou do Banco Central, o que nos leva a observar que a seleção de vozes que o veículo faz para estarem presentes no texto depende, evidentemente, do viés que se pretende construir na abordagem do tema. Convém, portanto, entender que polifonia, conceito desenvolvido por Oswald Ducrot e utilizado também por Bakhtin, pode ser tomado de formas diferentes: "O diálogo é condição da linguagem e do discurso, mas há textos polifônicos e monofônicos, segundo as estratégias discursivas acionadas". (BARROS, 2003, p.6).

Na Folha de S. Paulo, a decisão também foi manchete principal da capa do jornal: "BC sobe juros e diz que é apenas o início". Linha fina: "Primeira elevação desde fevereiro de 2003 coloca a taxa em 16,25% ao ano; para Fiesp, decisão freia consumo e investimento".

Dizer que algo é apenas o início é uma frase notoriamente carregada de um sentido negativo⁶, deixando nas entrelinhas, a informação pressuposta de que dias piores virão. A folha optou por fazer uso da polifonia já na capa, cedendo espaço à Fiesp para dizer que a “decisão freia consumo e investimento”.

A capa do caderno Folha Dinheiro traz como manchete principal “BC inicia ajuste e juros sobem para 16,25%. Linha fina: Tensão pós-Copom – Elevação da taxa é a primeira em 19 meses; Banco Central diz que esse é o começo de um processo de alta”.

Outras manchetes do caderno Folha Dinheiro: “Ampliação do Conselho Monetário Nacional” (título de coluna, na qual o autor defende mudanças na composição do Conselho Monetário Nacional e na política monetária), “Precipitação ou antecipação?”, “O Banco Central não pode confundir antecipação com precipitação” (olho destacando frase de Gustavo Loyola, ex-presidente do Banco Central), “País tem 2.º maior juro real do mundo Linha fina: Tensão pós-COPOM: Com alta de ontem, taxa vai para 9,47%, atrás só da Turquia”. Novamente, um mosaico, constituidor de uma direção única para o sentido.

Na reportagem analisada, capa do caderno Folha Dinheiro, tem-se como título: “BC inicia ajuste e juros sobem para 16,25%. Linha fina: Tensão pós-Copom – Elevação da taxa é a primeira em 19 meses; Banco Central diz que esse é o começo de um processo de alta”. Evidencia-se que o movimento está apenas se iniciando, reforçando o sentido da manchete da capa do jornal. O uso na linha fina (e em linhas finas de outras matérias no caderno) “Tensão pós-Copom” vincula-se a uma frase empregada pelo Presidente Lula, amplamente divulgada pela imprensa, de que “o país vivia uma TPC – a tensão pré-Copom”⁷, podendo ser entendida como uma tentativa de associar mais fortemente as decisões do Copom ao governo Lula ou mesmo “dar o troco” ao Presidente, como quem diz, “viu, o senhor disse que era brincadeira e na verdade é sério”. Tem-se no uso da expressão “pós-copom” ou pré-copom”, conforme a construção do presidente, o emprego da intertextualidade, fazendo alusão à conhecida expressão TPM, síndrome vivenciada pelas mulheres e, neste contexto, também subestimada pelo presidente. Tal leitura leva-nos a lembrar que

o discurso, seja qual for, nunca é totalmente autônomo. Suportado por toda uma intertextualidade, o discurso não é falado por uma única voz, mas por muitas vozes,

⁶ A frase “isso é apenas o início” pode ser usada com conotação positiva, logicamente, porém, considerando-se o contexto referencial em que foi empregada, bem como o consenso existente na mídia de que os juros são algo ruim, o vilão econômico da atualidade, percebe-se a colocação da frase no título da matéria com uma conotação evidentemente negativa.

⁷ Veja, 22 de setembro de 2004, “Cão que ladra morde”, pp. 56-57. A própria expressão de Lula é carregada de sentido, remetendo à Tensão Pré-Menstrual, amplamente conhecida do imaginário popular como algo ruim, que deixa as mulheres instáveis e nervosas.

geradoras de muitos textos que se entrecruzam no tempo e no espaço, a tal ponto que se faz necessária toda uma escavação “filológico-semiótica” para recuperar a significação profunda dessa polifonia. (BLIKSTEIN, 2003, p.45).

A reportagem da Folha de S. Paulo buscou demonstrar que a decisão não tinha apoio unânime entre os membros do governo, assumindo uma conotação mais política, enfatizando os expoentes governistas a favor (Antonio Palocci Filho e Guido Mantega) e os contrários (José Dirceu e José Alencar). Essa opção política reforça o uso da expressão “tensão pré-Copom” e a associação da decisão ao governo como um todo.

A Folha também se valeu do recurso da polifonia, dando voz à Fiesp – “A Fiesp disse, por meio de nota, que a decisão de ontem pode colocar um ‘pé no freio’ na retomada do consumo e dos investimentos”, e à Federação do Comércio Paulista – “A Fecomercio SP classificou a decisão como um ‘retrocesso’”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente análise parte do pressuposto de que toda realidade transformada em linguagem é uma forma de interpretação ou uma representação desta realidade, portanto, é impossível uma análise de discurso com abordagem estritamente lingüística, há que se considerar as condições de produção dos textos. Neste sentido, a análise do discurso representa uma nova abordagem do estudo do texto além da linearidade, relacionando enunciado e enunciação como elementos fundamentais da produção de sentido. A abordagem interna do texto leva-nos a reconhecer os mecanismos e regras de engendramento do discurso e a análise externa, a reconstituição do contexto sócio-histórico, permite-nos entender a construção dos sentidos de cada abordagem.

Pode-se observar que entre o texto da Ata do Copom, pretensamente objetivo e formal, e a interpretação que a mídia faz do mesmo, seja a mídia massiva, seja a especializada, ocorre, nitidamente, um confronto de sentidos.

Embora os assuntos econômicos e as decisões dos órgãos governamentais, como no caso analisado, tenham conseqüências diretas sobre a vida do cidadão, recebem, no nosso país, pouca atenção por parte da população em geral. Criou-se, de certa forma, um estereótipo de que se trata de um assunto muito complicado, que envolve números e cálculos, portanto, é inacessível e intraduzível ao leitor comum. Entende-se o fato de a ata do Copom ser redigida em linguagem formal e impenetrável, pois, é dirigida a um público restrito e especializado.

Porém, espera-se que a cobertura midiática possa traduzir estes dados ao leitor, informando e cumprindo seu papel social.

A análise atenta da Ata do Copom mostra um discurso inflexível e autoritário, como forma de justificar a legitimidade das decisões tomadas. Da mesma forma, pode-se observar uma tendência de transparecer a inexorabilidade da ação do Copom, como que a transferir a “culpa” de uma decisão “ruim” para entes abstratos, como tendências inflacionárias, comportamento de variáveis da política monetária, entre outros. O texto é composto de afirmativas categóricas, transmitindo um sentido de certeza absoluta.

As características editoriais de cada jornal, assim como o compromisso que cada um deles estabelece com o leitor, determinaram diferentes abordagens do assunto: a reportagem da Folha de S. Paulo buscou demonstrar que a decisão não tinha apoio unânime entre os membros do governo, assumindo uma conotação mais política, aliviando, de certa forma, a aspereza do próprio assunto em pauta, quando destaca, por exemplo, as expressões “tensão pré-copom e pós-copom”, cunhadas pelo presidente na tentativa de amenizar o impacto das repercussões das decisões do Conselho. O Valor Econômico concentrou-se em uma análise mais centrada nos aspectos financeiros e econômicos que envolvem as decisões tomadas pelo Conselho, ironizando o fato de o aumento de juros ser a melhor solução para o país, tratando, de forma estereotipada, os juros como o vilão econômico, o Banco Central como o opositor, aquele que faz uma maldade, mas diz que é para o bem, e o povo como o grande sacrificado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACCEGA, Maria Aparecida. **Comunicação e Linguagem** – Discursos e Ciência. São Paulo: Moderna, 1998.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo : Martins Fontes, 1997.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Dialogismo, Polifonia e Enunciação. In BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz (orgs). **Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade**. 2ª ed. São Paulo : Edusp – Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria do Discurso** – Fundamentos Semióticos. 3ª ed. São Paulo : Humanitas FFLCH/USP, 2002.

BLIKSTEIN, Izidoro. Intertextualidade e Polifonia – O discurso do Plano “Brasil Novo”. In BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz (orgs). **Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade**. 2ª ed. São Paulo : Edusp – Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

CAMARA Júnior, Joaquim Mattoso. Manual de Expressão Oral e Escrita. 7ª ed. Petrópolis : Vozes, 1983.

CHARAUDEAU, Patrick. **El Discurso de la Información** – La construcción del espejo social. Barcelona : Gedisa Editorial, 2003.

DICIONÁRIO ELETRÔNICO HOUAISS. São Paulo: Objetiva, 2002. CD-ROM.

- KRISTEVA, Julia. **História da Linguagem**. Lisboa : Edições 70, 1988.
- KOCH, I. V. **Argumentação e Linguagem**. São Paulo: Cortez, 1984.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de Textos de comunicação**. 2ª ed. São Paulo : Cortez, 2002.
- ORLANDI, Eni P. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 2.ª ed. Ver. Campinas: Pontes, 1987.
- ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso – Princípios & Procedimentos**. 5.ª ed. Ver. Campinas: Pontes, 2003.
- PÊCHEUX, Michel. **O discurso: Estrutura ou Acontecimento** (Trad. Eni Puccinelli Orlandi), Campinas, SP : Pontes, 3ª ed., 2002.
- PINTO, M. J. **Comunicação e Discurso**. São Paulo: Hacker Editores, 1999.
- SANTAELLA, L. **Produção de linguagem e ideologia**. São Paulo: Cortez, 1996.
- VAN DIJK, Teun A. **Cognição, discurso e Interação**. São Paulo : Contexto, 1992.